

**A CULTURA FRANCESA AOS OLHOS DE DOIS PORTUGUESES:
EÇA DE QUEIROZ E JOSÉ SOARES DA CUNHA E COSTA**

Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho (UENF)

francinepinho@hotmail.com

Silvia Alicia Martínez (UENF)

silvia-martinez@hotmail.com

RESUMO

No século XIX e início do XX, o fascínio pela cultura francesa espalhou-se pelo mundo ocidental e pôde ser percebido na literatura, nas artes, na educação, na alimentação e em muitos outros aspectos culturais em diversos países. Destaca-se neste texto a sedução da cultura francesa em Portugal nesse período histórico. Por meio da análise de documentos escritos de Eça de Queiroz¹⁰ e José Soares da Cunha e Costa são evidenciados os traços que esboçaram o ideário francês na intelectualidade de então e como estes dois intelectuais contrapuseram as diferenças entre a cultura francesa e a portuguesa dos oitocentos e princípio dos novecentos.

Palavras-chave:

Cultura francesa. Eça de Queiroz. José Soares da Cunha e Costa.

RÉSUMÉ

Le XIX^{ème} siècle et le début du XX^{ème} siècle ont vu se propager à travers le monde occidental la fascination pour la culture française qui a laissé des traces notables en littérature, dans les arts, la gastronomie et de nombreux autres aspects culturels de divers pays. Ce texte met en valeur l'attraction pour la culture française au Portugal à cette époque. L'étude des écrits d'Eça de Queiroz et de José Soares da Cunha e Costa permet de mettre en évidence les traces laissées par la pensée française dans la réflexion de l'époque et montre comment ces deux intellectuels ont comparé les différences entre les cultures française et portugaise au XVIII^{ème} et au début du XIX^{ème} siècle.

Mots clés:

Culture française. Eça de Queiroz. José Soares da Cunha e Costa.

1. Introdução

Desde o século XVII a grandiosidade e beleza de Versailles levaram a França a ter um status internacional de modelo de modernidade¹¹ e,

¹⁰ As reformas ortográficas pelas quais a língua portuguesa passou afetaram os nomes próprios. Neste texto, optou-se por utilizar a grafia utilizada na época das primeiras edições das obras de Eça de Queiroz.

¹¹ Diversas são as definições de modernidade, mas ressalta-se que neste estudo ele é entendida como “um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a

posteriormente, após a Revolução Francesa, de republicanismo. Pode-se dizer que a França, “mais do que qualquer outro país do mundo”, conseguiu “explorar sua influência (*rayonnement*) intelectual, artística e cultural e colocá-la a serviço do seu poder”¹² (JANICOT, 2013, p. 27). Esta característica da influência francesa a permite exercer o chamado *pouvoir d’attraction*¹³ (poder de atração) que seduz outras culturas e forma redes de influência de longa duração (CHAUBET, 2016).

A literatura portuguesa, no período dos oitocentos e princípio dos novecentos, pode retratar bem como a França e sua cultura estavam entranhadas na construção de uma sociedade que queria se considerar moderna. É importante ressaltar que nesse período histórico a circulação de ideias entre os países era frequente e habitual. E, além disso, a apropriação de modelos culturais por parte dos países não centrais era acompanhada de uma adaptação modelada por “uma coerência própria” ajustando-se às práticas culturais particulares (CHARTIER, 2002, p. 60; SCHWARCZ, 2017).

Destarte boa parte da reflexão que aqui se faz não soar de todo irreal, os escritos de Eça de Queiroz (1845–1900) e José Soares da Cunha e Costa (1868-1928) estudados aqui evidenciam uma clareza contextual em que, longe de um estrangeirismo fortuito, mostram a grande referência da cultura francesa para o mundo europeu ocidental daquele momento. Isso em nada diminui o valor estético e cultural dessas obras, mas esclarece características de um momento em que o *rayonnement* francês não foi apenas uma utopia de grandiosidade na França, mas extrapolou suas fronteiras evidenciando seus tentáculos mesmo em universo de bases culturais literárias bem assentadas como o caso lusitano.

Este artigo procura realizar uma análise a partir de escritos deixados por Eça de Queiroz e Cunha e Costa que possibilitam a esses autores contrapor, comparativamente, o povo português ao povo francês. Aspecto restrito de análise, mas não menos relevante quando se pensa na complexidade dos escritos e obras aqui selecionados. Como fontes desta pesquisa se utilizam autores contemporâneos que se debruçaram sobre a

partir de um processo longo de racionalização da vida” e significando uma ruptura com o passado (SILVA; SILVA, 2005, p. 297).

¹² Texto original: (...) “plus qu’aucun autre pays au monde, on peut dire qu’elle a su exploiter son rayonnement intellectuel, artistique, culturel et le mettre au service de sa puissance”(JANICOT, 2013, p. 27).

¹³ Também chamado por alguns autores de soft power (JANICOT, 2013).

influência francesa nos escritos de Eça de Queiroz e, além disso, analisam-se três de seus textos originais “O francesismo” – publicado postumamente em 1912 em “Últimas páginas” –, “Memórias e Notas” – contidas em “A Correspondência de Fradique Mendes” (1900) – e trechos de “Cartas familiares e bilhetes de Paris” (1893–896).

É importante ressaltar que é vasta a quantidade de autores que analisaram estes textos queirosianos formando uma extensa rede de análises literárias fundamentais para a compreensão dos mesmos. Diante disso, o texto que se segue pretende atentar para pequenos lampejos de um grande farol sobre a influência francesa nos escritos de Eça de Queiroz e alinhar com a obra “O povo francez” (1912) de José Soares da Cunha e Costa escrito em um mesmo contexto histórico.

2. Eça de Queiroz e a França

Como já mencionado, as obras de Eça de Queiroz, além de muitas lidas, são intensamente analisadas por diversas áreas do saber. Entender como a influência francesa, tão inerente ao seu tempo, perpassou sua produção vem merecendo a atenção de diversos autores.

Considera-se que Portugal contemporâneo a Queiroz ansiava por fazer parte da modernidade europeia, símbolo de civilização, e que os escritos deste autor procuravam revelar o quão diferentes poderiam ser os portugueses, mesmo na tentativa de pertencerem ao moderno mundo europeu de então (MORAIS; OLIVEIRA, 2019).

O projeto urbanístico em Lisboa seguiu a cartilha do francês Haussmann para Paris. Os pesquisadores Silva e Mattos (2000) apontam que devido aos vários surtos epidêmicos de cólera, de febre amarela e de difteria em Lisboa, em meados do século XIX, e à alta mortalidade ocorrida no período, houve a crescente necessidade de melhorar as condições de saneamento e de habitabilidade dos prédios nas quais a capital portuguesa estava imersa. Na tentativa de resolver estas condições, em 1859 foi indicado pela Câmara Municipal de Lisboa o engenheiro parisiense Pierre Pézérat para traçar um plano de reurbanização lisboeta sob a inspiração das obras parisienses.

O plano foi traçado em 1865, mas a precariedade financeira do município neste período não permitiu que fossem realizadas grandes obras de melhoria sanitária nesta década (SILVA; MATTOS, 2000). As décadas seguintes conseguiram presenciar algumas melhorias e o “embe-

lezamento”¹⁴ da Lisboa oitocentista. Estes autores sugerem que as ideias de reurbanização eram principalmente defendidas por políticos simpáticos aos ideais republicanos, em meio à Monarquia Constitucional Portuguesa¹⁵. Aos poucos o embelezamento de Lisboa tornou-se indispensável também para a realeza no sentido de igualar a sua capital às outras cidades importantes da Europa e acompanhar seus caminhos de ferro já construídos.

O contato com as novidades modernas empurraram a necessidade de uma mudança mais efetiva. E, assim, “os novos símbolos urbanos de oitocentos desde o conforto doméstico proporcionado pela energia e água canalizadas até aos padrões de sociabilidade e de representação em torno de parques e *boulevards*” foram se constituindo “igualmente como metas a atingir e a impulsionar a intervenção urbanística” (SILVA; MATTOS, 2000, p. 8).

Na segunda metade da década de 1870, sob o comando do engenheiro Ressano Garcia¹⁶(1847–1911), houve uma maior efetivação dos planos discutidos sobre as melhorias das condições sanitárias e de habi-

¹⁴ O termo foi amplamente utilizado nos oitocentos pelos defensores da reurbanização e melhoria do saneamento básico de Lisboa. Segundo Silva e Mattos (2000, p.08) o embelezamento “continha o desejo de conseguir uma melhoria na estética da capital, através do traçado de ruas mais regulares e harmoniosas, de alcançar uma disposição mais ordeira dos prédios junto da orla das ruas e da dotação de equipamentos que tornassem a cidade num local mais aprazível”.

¹⁵ “A Monarquia Constitucional em Portugal foi um sistema governativo que vigorou entre 1820 e terminou com a queda da monarquia em 1910. A aprovação da Constituição de 1822 resultou da Revolução Liberal de 1820, e marca o começo da Monarquia Constitucional de Portugal. No início do século XIX, em resultado das invasões francesas, chega a Portugal a ideia de uma Assembleia Parlamentar enquanto órgão de representação nacional, contrapondo o modelo tradicional das cortes, representados pelas três Ordens do Reino: Clero, Nobreza e Povo. Em 1808, nascem as cortes constitucionais apresentadas pelo tanoeiro José de Abreu Campos, num documento conhecido como a súplica de Constituição” (SERRA, 2011, p.22).

¹⁶ “Frederico Ressano Garcia (1847 – 1911) foi um engenheiro e professor de engenharia, político e administrador que se notabilizou por ter dirigido a expansão e renovação urbana da cidade de Lisboa no último quartel do século XIX. Entre outras funções, foi ministro, deputado e par do Reino. Devem a ele o planeamento e construção de estruturas tão marcantes da zona metropolitana de Lisboa como a Avenida da Liberdade, a Praça Marquês de Pombal, a Avenida 24 de Julho, os bairros de Campo de Ourique e da Estefânia e a Linha de Sintra”. [...] Ele estudou na École Nationale des Ponts et Chaussées (Escola Nacional de Pontes e Estradas), em geral referida simplesmente por les Ponts, é a mais antiga escola de engenharia civil do mundo, mantendo-se como uma das mais prestigiosas escolas de engenharia da Europa” (SERRA, 2011, p. 29).

tabilidade e ao fim da década a construção da Avenida da Liberdade, na capital lusitana, aos moldes dos *boulevards*, seria representativa como símbolo de modernidade. Silva e Mattos (2000) ressaltam que a possibilidade de empréstimos financeiros pela Câmara Municipal de Lisboa, a continuidade de políticos defensores do tema e o maior acesso às técnicas necessárias para as obras deram condições para o início da reurbanização da capital portuguesa.

Em 1900 a construção do Parque Eduardo VII¹⁷, no centro lisboeta, pode ser entendido “como sinal de avanço da cidade para além do seu centro pombalino e reforçaram a figura axial do centro, que se consolidara no século XIX, entre a Praça do Comércio, o Chiado e o Passeio Público” (MANGORRINHA, 2007, p. 117). A cidade tinha então cerca de 350 mil habitantes (SERRA, 2011) e ainda veria diversas mudanças em sua estrutura sanitária e viária.

Para além da arquitetura, a influência francesa na literatura dos oitocentos também era de grande dimensão. O escritor português (de pai brasileiro) Eça de Queiroz respondeu às críticas que vinha recebendo sobre a sua desnacionalização (MARTINS, s/d). No texto ele apresentou o argumento de que o seu tempo era devotado à França e ao modelo que ela representava para o ocidente.

A tua Carta de Viriatho é, além do que diz de mim, excelente em todos os pontos. A nossa arte e a nossa literatura vêm-nos feitas de França, pelo paquete, e custam-nos caríssimo com os direitos de alfândega. Eu mesmo não mereço ser exceptuado da legião melancólica e servil dos imitadores. Os meus romances, no fundo, são franceses, como eu sou, em quase tudo, um francês – excepto num certo fundo sincero de tristeza lírica que é uma característica portuguesa, num gosto depravado pelo fadinho, e no justo amor do bacalhau de cebolada. Em tudo o mais, francês, de província [...] eu fui educado, e eduquei-me a mim mesmo, com livros franceses, ideias francesas ... ideais franceses. Da gente portuguesa conheço apenas a alta burguesia de Lisboa – que é francesa – e que há-de pensar à francesa, se algum dia vier a pensar. Como é feito por dentro o português de Guimarães e de Chaves? Não sei. O Padre Amaro é mais adivinhado do que observado. (QUEIROZ, 1884 *apud* RIBEIRO, 2008, p. 46)

Tal presença francesa na vida de Eça de Queiroz foi detalhada em seu escrito denominado “O francesismo”. Nele o escritor se debruça em analisar como sua influência francesa era construída por um contexto

¹⁷ A homenagem era para o filho da Rainha Vitória da Inglaterra que viria se tornar o rei com a morte de sua mãe em 22 de janeiro de 1901. A sua ascensão “punha fim a um período sufocante e anunciava novo ‘ar de liberalização’, próprio do século que se iniciara” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 21).

histórico onde se não podia fugir dela, repete então uma máxima sua que ficou bastante conhecida: “Portugal é um país traduzido do Francês em calão” (QUEIROZ, 1912, p. 142). Optou-se por trazer um trecho extenso do documento já que se mostra muito elucidativo para a proposta deste estudo:

[...] é evidente que há quarenta anos, desde a Patuleia¹⁸, Portugal está curvado sobre a carteira da escola, bem aplicado, com a ponta da língua de fora, fazendo a sua civilização, como um laborioso tema, que ele vai vertendo de um largo traslado aberto defronte – que é a França. Quem dependurou ali o traslado para que Portugal copiasse, com finos e grossos? Talvez os homens de 1820; talvez os românticos da Regeneração.

Eu não fui; – tenho sido acusado com azedume, nos periódicos, ou naqueles bocados de papel impressos, que em Portugal passam por Periódicos, de ser *estrangeirado*, *afrancesado*, e de concorrer, pela pena e pelo exemplo, para *desportuguesar Portugal*. Pois é um desses erros de Salão, em que tão fértil é a frivolidade meridional. Em lugar de ser culpado da nossa desnacionalização, eu fui uma das melancólicas obras dela.

Apenas nasci, apenas dei os primeiros passos, ainda com sapatinhos de croché, eu comecei a respirar a França. Em torno de mim só havia a França. A minha mais remota recordação é de escutar, nos joelhos de um velho escudeiro preto, grande leitor da literatura de cordel, as histórias que ele me contava de Carlos Magno e dos Doze Pares. Havia aí certamente grandes lições de valor, de lealdade, de heroísmo: mas eram virtudes cavalheirescas que se provavam todas nos montes da Provença ou de Navarra. De cavaleiros portugueses, que dessem cutiladas nos mouros, nunca me contaram história alguma à lareira. Também o meu preto lia contos tristes das águas do mar. Eram as aventuras de um João de Calais. As naus afundavam-se, os gajeiros gritavam *terra*, mas era tudo em frios mares da Bretanha. De navegadores portugueses, em galeões portugueses, não me contaram jamais história alguma à lareira.

Depois ensinaram-me a ler: e o Estado, que certamente tinha interesse em que eu soubesse ler, e que, por meio das suas Repartições Públicas, estudara prudentemente o livro que melhor me convinha, como lição moral, e como lição patriótica, meteu-me nas mãos um volume traduzido do francês e chamado *Simão de Nântua*. Eram as aventuras de um justo: abundavam lá os exemplos de modéstia, de diligência, de caridade, de pudor;

¹⁸ “A Patuleia foi uma Guerra civil que ensanguentou Portugal de 8 de Outubro de 1846 a 29 de Junho de 1847. Tem particular interesse porque nela intervieram as principais forças nacionais organizadas que agiam no espaço público de então: constitucionais, cartistas e miguelistas. Contou, igualmente, com a participação diplomático-militar de Espanha e Inglaterra e ainda com a intervenção diplomática francesa, ao abrigo dos acordos da Quádrupla Aliança, que possibilitavam a intervenção dos países signatários (Portugal, Espanha, França e Inglaterra) se qualquer um deles estivesse em risco de regressar ao absolutismo” (SOUSA *et al.*, 2010, p. 01) (Nota das autoras).

mas todas estas virtudes, suaves e íntimas, se exibiam longe, em Dijon, na Alsácia, e nas estalagens da Picardia.

De sorte que, para mim, todos os justos, bem como todos os heróis, só em França se produziam na perfeição, como os espargos, nessa França de onde tudo que é amável vinha, de onde eu mesmo viera, como outras crianças, num açafate de alfazema e cravo (QUEIROZ, 1912, p. 143)

A obra continua a esmiuçar a sua trajetória de vida passada por diversos momentos de formação de uma cultura de modernidade ao molde francês. E apesar de Queiroz ter afirmado não ter querido “escrever uma página de memórias”, ele o fez com maestria e ironia. A resposta às acusações de “desaportuguesar Portugal” foi muito contundente. Em outro trecho descrevera a vida social em Lisboa de então:

Começou então a minha carreira social em Lisboa. Mas era realmente como se eu habitasse Marselha. Nos teatros – só comédias francesas; nos homens – só livros franceses; nas lojas – só vestidos franceses; nos hotéis – só comidas francesas... Se nesta capital do Reino, resumo de toda a vida portuguesa, um patriota quisesse aplaudir uma comédia de Garrett, ou comer um arroz de forno, ou comprar uma vara de briche¹⁹ – não podia. Nem nos palcos, nem nos armazéns, nem nas cozinhas, em parte alguma restava nada de Portugal. (QUEIROZ, 1912, p. 146)

A análise de Eça de Queiroz sobre a formação de uma ideia de soberania da França pela própria sociedade francesa exaltada pela imprensa local poderia ter sido utilizada, segundo o próprio escritor, pelo Brasil e por Portugal no que concerne à formação de um espírito mais confiante na soberania nacional. Em sua obra *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris (1893–1896)* ele disse:

Há aqui apenas um excelente sistema, desde longos anos adoptado pela imprensa de Paris, que nós deveríamos sofregamente seguir no Brasil e Portugal, e que consiste em afirmar, com afoita certeza, sem escrúpulos, sem pudores, que tudo quanto se diz ou se faz em Paris é perfeito, do mais nobre gosto, de um esplendor soberbo, e desmedidamente superior ao que se faz e se diz nas outras nações subalternas. Excelente e fecundo sistema! Ele termina por plantar fortemente, no espírito dos outros, como um dogma, a ideia da supremacia total da França – e sobretudo convence a França da sua supremacia, e absolutamente a penetra daquela confiança própria que é sempre a inspiradora dos grandes feitos e das grandes obras. (QUEIROZ, 1896, p. 54)

O trecho possibilita perceber que Queiroz deixava clara sua compreensão sobre a influência da cultura francesa e o modo como a França

¹⁹ Vara de briche se referia a uma quantidade antiga – vara – usada em Portugal “equivalente a onze decímetros” e Briche era um tecido de lã utilizado em roupas masculinas (FIGUEIREDO, 1913) (Nota das autoras).

a usava para manter a ideia de sua soberania. É interessante a ironia com que ele recomendou que Brasil e Portugal adotassem o “sistema” de se convencer de sua grandeza.

Eça de Queiroz parece ter se sentido angustiado com a modernidade irreprimível e expôs um descontentamento com a ideia de que sua presença homogeneizava os costumes e desmerecia os hábitos culturais inerentes de cada sociedade. No trecho “Memórias e Notas” – contidas em “A Correspondência de Fradique Mendes” (1900) – ele desabafou, por meio da análise do seu personagem Fradique Mendes, que o amigo (Fradique) mesmo sendo um “homem tão subjectivo e intelectual” amava o pitoresco e único pertencente à cultura lusitana e ressaltava “o ódio a esta universal modernização que reduz todos os costumes, crenças, ideias, gostos, modos, os mais ingênitos e mais originalmente próprios, a um tipo uniforme” (QUEIROZ, 1900, p. 34).

Ressalta-se ainda nesta obra as características do povo português exaltadas como genuínas e queridas por Fradique.

Por isso Fradique em Portugal amava sobretudo o povo – o povo que não mudou, como não muda a Natureza que o envolve e lhe comunica os seus caracteres graves e doces. Amava-o pelas suas qualidades, e também pelos seus defeitos: – pela sua morosa paciência de boi manso; pela alegria idílica que lhe poetiza o trabalho; pela calma aquiescência à vassalagem com que depois do *Senhor Rei* venera o *Senhor Governo*; pela sua doçura amaviosa e naturalista; pelo seu catolicismo pagão, e carinho fiel aos Deuses latinos, tomados santos calendares; pelos seus trajes, pelos seus cantos... “Amava-o ainda (diz ele) pela sua linguagem tão bronca e pobre, mas a única em Portugal onde se não sente odiosamente a influência do Lamartinismo ou das *Sebentas* de Direito Público”. (QUEIROZ, 1900, p. 34)

A peculiaridade do povo português, de acordo com o fragmento da obra, era cara para Eça, apesar de reconhecer a mudança de hábitos inerente do seu contexto histórico. Entretanto, esse perfil de personalidade dotada de “morosa paciência”, “alegria idílica”, “calma aquiescência” e “doçura”, nem sempre eram encaradas como boas, já que tal perfil ia de encontro com aquele necessário para colocar em prática os ideais de republicanismo e nacionalismo defendidos por Queiroz e seus amigos da Geração de 70 lusitana.

No texto “O francesismo” as diferenças entre a literatura francesa e portuguesa foram expressas em contraste para sustentar a hipótese de Eça de Queiroz da não necessidade de Portugal imitar a França. Para Queiroz as diferenças eram claras: “a França é um país de inteligência;

nós somos um país de imaginação” (QUEIROZ, 1912, p. 150). Portanto, para ele, não fazia sentido a imitação porque as culturas em muito divergiam e não havia “similitude alguma de temperamento, de feitio moral entre nós e a França” que pudesse justificar o traslado de atitudes.

A literatura da França é essencialmente crítica: nós, por temperamento, amamos sobretudo a eloquência e a imagem. A literatura da França é, desde Rabelais até Hugo, social, activa, militante. A nossa, por tradição e instinto, é idílica e contemplativa. Não é só por uma fria imitação de Teócrito e dos bucólicos latinos que nós, desde Rodrigues Lobo até aos elegíacos da Arcádia, amamos a écloga pastoril: é porque nós somos realmente o povo que se compraz em estar quieto entre os choupais, a ver correr as águas meigas, pensando em coisas saudosas. (QUEIROZ, 1912, p. 150)

A crítica literária sobre alguns escritores e poetas franceses se aprofundou neste texto. É possível entender que Eça procurava refletir sobre o necessário mergulho no nacionalismo que viria a ser defendido no território português após a Guerra franco-prussiana (HARMUCH, 2009) em contraposição à influência da cultura francesa tão presente no Portugal de então.

O desassossego de Eça de Queiroz era fruto do momento vivido em Portugal. De acordo com Natário (2008, p. 103), o país do final do século XIX e início do XX estivera hesitante frente “às movimentações sociais, políticas e culturais que na Europa se desencadeavam” e se sentira dividido entre o tradicional e o moderno. Tal dúvida de posicionamento é sentida como expressão máxima de um escritor em nada simplista. O que faz da análise de seus escritos e de seu tempo algo complexo, mas também muito instigante.

3. *Cunha e Costa: “Um alto e nobre modelo”²⁰*

José Soares da Cunha e Costa nasceu em 1868 em Lisboa, e morreu nesta cidade em 1928. Foi um exímio defensor da República, mas declarou posteriormente desapontado com o rumo tomado pela República Portuguesa e fez oposição a ela como jornalista de jornais monarquistas da época – a partir de 1914 – situação em que se encontraram outros defensores da República diante da decepção com a mesma (MEDINA, 2001). Colaborador de “O Século” e de “O Mundo”, sócio da academia das Ciências de Lisboa. (ARCHEEVO, 2020).

²⁰ Esta frase foi dita por José Soares da Cunha e Costa em uma Conferência realizada no Theatro da República de Lisboa no dia 11 de dezembro de 1911 e publicada em 1912.

Na ocasião do texto analisado aqui, Cunha e Costa era vereador em Lisboa, sendo ainda “orador, publicista, conferencista e causfídico brilhante, Cunha e Costa foi ainda responsável por muitos dos artigos constantes do texto da Constituição de 21 de Agosto de 1911” (PEREIRA, 2019).

A expressão “um alto e nobre modelo” foi utilizada em um discurso sobre a defesa da propagação em Portugal da cantina escolar proferido em 1911, pelo Dr. Cunha e Costa em sessão na Câmara Municipal de Lisboa. Ela evidencia bem os ânimos e os parâmetros os quais podem ser observados em diversos outros documentos sobre o fascínio que a cultura francesa exercia. Recorrendo ao trecho deste discurso, vê-se que o autor assim enfatizava:

Imitemos, pois, já que outra cousa não podemos, nunca poderemos fazer, mas procurando, por uma cultura e por uma sociabilidade cada vez mais intensas, approximar-nos do espirito da obra imitada. Imitemos a França. É um alto e nobre modelo. [...] Entrem em contacto com a verdadeira França, a que prodigiosamente pensa, trabalha e produz. (CUNHA E COSTA, 1912, p. 24)

Eleito para a Câmara Municipal de Lisboa em 1908, Cunha e Costa claramente se referia à França como sendo este “alto e nobre modelo”. Ele defendeu, além de fazer ácidas críticas aos intelectuais portugueses, a ideia da necessidade de ajustar modelos dos outros países europeus tidos como mais desenvolvidos no processo então considerado civilizatório e moderno. No próprio texto do vereador pode-se ver claramente suas críticas à imitação sem adaptação:

Passa-se a nossa vida a imitar a da França. Mas, o que imitamos nós, afinal? O que n'um assomo de tédio fez exclamar o grande Eça “Portugal é um paiz traduzido do francez, em calão”. A nossa imitação da França é, com effeito, puramente formal, como puramente formal fôra a nossa imitação da Inglaterra. Das leis constitucionaes britannicas importámos uma carta outhorgada que nunca cumprimos; da França e um pouco de toda parte importamos uma constituição democratica que talvez nunca cumpramos. E a razão é simples: uma e outra nos ficaram curtas nas mangas; não entendemos nenhuma. Imitamos a forma, mas a essencia, o substratum, o perfume, o espirito esses ficaram com quem teceu as idéas e as aglutinou com seu sangue. (CUNHA E COSTA, 1912, p. 15)²¹

Na falta de uma referência sólida em encontrar ecos que pudessem justificar um regionalismo com algo que pairasse como cosmopolita e

²¹ A grafia de todos os documentos transcritos neste estudo estão *ipsis litteris* aos documentos originais.

internacional, a referência estaria entre aqueles que já tivessem alguma experiência em relação ao tema ou tivessem feito da sua experiência algo para além de um regionalismo microscópico.

Na configuração que se fazia à medida que os estados nacionais novecentistas se constituíam, diversas características foram aclamadas para que pudessem dar o tônus integrador a elementos pitorescos/sui generis/regionais/específicos capazes de se plasmarem numa possível identidade única. Identidade esta tida como nacional e sempre que possível ainda imperialista.

O argumento de Cunha e Costa citou a fala de Eça de Queiroz em “O francesismo” para fazer sua análise sobre o povo francês, em comparação com o seu, tentando traçar um perfil que para ele justificava a situação social e econômica diferente em que se encontrava no momento da escrita (1911) a população portuguesa e a francesa.

A alma de um povo define-se bem a si mesma pelos heroes que ella escolhe para amar e para cercar de lenda. O grande rei para os francezes é e será sempre Francisco I²², enorme, robusto, ligeiro, rindo alto, batendo-se valentemente, amando mais valentemente ainda, radiante, gosando largamente a vida, poeta em certos momentos, artista por ostentação, e falador eterno... O nosso genuíno heroe, e isto resume tudo, é o poético e pensativo D. Sebastião (QUEIROZ *apud* CUNHA E COSTA, 1912, p. 11).

Em outro trecho de sua obra “O povo francez” ele retalha as diferenças de características entre portugueses e franceses.

O francez é um sanguíneo-nervoso, ao passo que o portuguez é um bilioso, como geralmente o são os meridionais e, em particular, os povos mediterraneos, do licocephalos morenos, italicos ou ibéricos. Por isso, ao contrario do que muita gente pensa, fomos excellentes na arte de dissimular para qual o francez teve sempre decidida negação. É alegre o francez, tão alegre que o riso foi sempre uma das suas forças para vencer ou para resignadamente aguardar, na adversidade, a desforra da fortuna. (CUNHA E COSTA, 1912, p. 11)

[o francês] Inteligente, culto, cortez, sociável, vulgarizador, secretario do universo, não é de extranhar que a sua vaidade se exacerbe e por vezes se torne impertinente e até doentamente insupportavel. (CUNHA E COSTA, 1912, p. 15)

Cunha e Costa afirmava que era o papel dos intelectuais aprovei-

²² François Ier foi rei na França de 1515 a 1547, obteve vitórias em guerras com países vizinhos e era conhecido por ser um grande mecenas das artes (HISTOIRE pour tous, 2019).

tarem os ensejos trazidos pela admiração ao modelo francês de civilização para conduzir uma melhoria significativa em seu país e ao seu povo. “Seja como fôr, a *sympathia*, que por vezes é paixão e delírio, do português pela França, é uma tendência nossa, a que bem poderíamos chamar orgânica”. O orador defendia que se seguissem as ações da república francesa em prol da modernidade e do processo dito civilizatório nas terras lusitanas, aproveitando da paixão sentida pelo modelo francês, mas que se fizesse isso de forma a entender as mesmas ações. “Sendo assim, o dever do philosopho, do pensador e do patriota é considerá-la e aproveitá-la” (CUNHA E COSTA, 1912, p. 15).

A estrutura da sociedade portuguesa era criticada por Cunha e Costa que afirmou: “se temos exercito nos falta espirito militar; se temos universidades, acadêmicas, e escolas, nos falta espirito scientifico; se temos commercio nos falta o espirito de alta especulação” (CUNHA E COSTA, 1912, p. 24). De acordo com Marques (2001, p. 363), no período inicial da República Portuguesa “o comércio interno continuava a assentar numa multiplicidade de formas tradicionais pouco desenvolvidas, privilegiando a pequena loja, os mercados e as feiras”. A industrialização era incipiente e a agricultura, assim como a indústria, sofria com a “inadequação da rede de transportes internos, imperfeita, incompleta e facilmente deteriorável” (MARQUES, 2001, p. 363).

Cunha e Costa, diante do seu contexto histórico, parecia ter tido convicção de que estava Portugal fadado a copiar os modelos europeus mais desenvolvidos e, ao contrário de Eça de Queiroz, parecia não acreditar ser muito possível a adaptação ao perfil lusitano.

A authentica realidade é que só podemos imitar. Falta-nos totalmente o dom da invenção e até da adaptação do inventado. Em oito seculos de existencia autonoma apenas inventamos o nonio²³, cuja paternidade nos é aliás impugnada pelo francez Vernier, e o balão espherico, que aliás os irmãos Montgolfier nos contestam. É pouco. E porque não participamos da torturante gênese dos inventos olhamos com petulante desdém todas as superioridades e nos arrogamos, com impertinência que faz sorrir toda a gente, um omnimodo²⁴ e intangível saber. (CUNHA E COSTA, 1912, p. 24)

²³ NÓNIO m. Instrumento de Mathemática, para medir as fraccões de uma divisão, numa escala graduada. Escala desse instrumento. (De Nonius ou Nonnius, n. lat. de Pedro Nunes, mathematico português) (FIGUEIREDO, 1913 – Nota das autoras).

²⁴ OMNÍMODO adj. Que é de todos os modos ou gêneros. Illimitado. Que não tem restricções (FIGUEIREDO, 1913) (Nota das autoras).

Nesse período, a sociedade estava influenciada por novo olhar sobre si mesma e havia uma ideia de decisões que não poderiam ser ignoradas frente à modernidade iminente. “O Republicanismo, enquanto projeto de nova sociedade, consubstanciado em um programa de formação de um novo homem, é anterior à República” (FERNANDES; CORREIA, 2012, p. 247).

Apesar de parecer desenfreada, a modernidade em Portugal enfrentava obstáculos. Os pequenos comerciantes, industriais e proprietários de terra “dominavam numericamente o espaço econômico da época” e apresentavam características peculiares. “Rotineiros e timoratos, constituíam uma força conservadora, flutuantes em simpatias políticas” e ainda “pronta a apoiar quem quer que lhe proporcionasse pequenos aumentos de lucro mas também quem quer que lhe garantisse segurança e tranquilidade” (MARQUES, 2001, p. 363). O proletariado, urbano e rural, partilhava do conservadorismo, dificultando a difusão de novos ideários de melhoria das condições sociais. Além do mais, sofriram-se em todas as camadas sociais os impactos da Primeira Guerra Mundial (MARQUES, 2001).

Cunha e Costa, assim como Eça de Queiroz, apresentava uma compreensão sobre a influência francesa em Portugal no contexto histórico em que viviam. Costa foi muito ativo como jornalista, advogado e político, apresentando uma atividade prática em prol do que acreditava. Questionava as formas como seus contemporâneos entendiam o patriotismo o qual ele tanto primava (CUNHA E COSTA, 1894), mas de acordo com seus escritos, parecia ter como certeza a utilização da França enquanto modelo de civilização ao qual Portugal deveria seguir.

4. Considerações finais

Este ensaio que evidenciou as características do povo português na virada dos séculos XIX e XX presentes nos escritos de Eça de Queiroz e José Soares da Cunha e Costa aponta para o fato de que as sociedades num determinado tempo histórico podem ser entendidas como próximas, pois de acordo com Bloch (2001, p. 151) “os homens que nasceram num mesmo ambiente social, em datas próximas, sofrem necessariamente, em particular em seu período de formação, influências análogas”.

O sentimento expresso por Queiroz no trecho de “O francesismo” parece resumir bem o contexto. De acordo com o escritor, este seu texto

serviria para:

Apenas mostrar, tipicamente, como eu, e toda a minha geração (exceptuando espíritos superiores, como Antero de Quental ou Oliveira Martins) nos tínhamos tornado fatalmente franceses no meio de uma sociedade que se afrancesava e que, por toda a parte, desde as criações do Estado até ao gosto dos indivíduos, rompera com a tradição nacional, despiendo-se de todo o traje português, para se cobrir – pensando, legislando, escrevendo, ensinando, vivendo, cozinhando – de trapos vindos da França! (QUEIROZ, 1912, p. 147)

A despeito do reconhecido francesismo nos escritos destes autores aqui tratados e da forte influência francesa na cultura ocidental no contexto histórico desses escritos, há de se destacar que Eça de Queiroz, não passou despercebido na França. Isso se evidencia, por exemplo, no discurso de Émile Zola (1840-1902), célebre escritor francês, contemporâneo a Queiroz. Na seção denominada *Les Natios Amies* da revista *Les Annales Politiques et Littéraires* há uma referência sobre uma fala de Zola após a morte de Eça de Queiroz. Ao receber de dois portugueses (não identificados na revista) uma mensagem de simpatia sobre seu trabalho, Zola respondeu: “Vós perdestes um grande romancista, vosso Eça de Queiroz. Eu tenho todos os seus livros. Eu o considero superior a Flaubert, quem, contudo, tem sido meu mestre”²⁵ (P.M., 1924, p. 563).

A natureza binária evidente nos escritos aqui analisados ao longo deste texto não pode reduzir nossa capacidade de leitura dos mesmos. Complexos e inerentes aos seus contextos, esses autores expressam, nestas obras em questão, um nítido elo que prefigurava a formação intelectual em terras lusitanas naquele momento: a enorme referência à cultura francesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHEEVO. *Verbete José Soares da Cunha e Costa*. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Guimarães, Portugal. Disponível em: <https://archeevo.amap.pt/details?id=85583>. Acesso em: out 2020.

CHAUBET, François. *L'action culturelle française dans le monde: 150 ans d'expériences. Palestra proferida no Comité d'histoire Du Ministère de*

²⁵Texto original: “Vous venez de perdre un grand romancier, votre Eça de Queiroz. J'ai tous ses livres. Et je le considère supérieur à Flaubert, qui, pourtant, a été mon maître” (P.M., 1924, p. 563).

la Culture. Jornada de Estudos, 16 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://chmcc.hypotheses.org/2725>. Acesso em: 29 out 2019.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Miraflores, Portugal: Difel, 2002.

CUNHA E COSTA, José Soares. *A lucta civil brasileira e o Sebastianismo portuguez*. Porto: Typographia da Empreza Litteraria e Typographica, 1894.

CUNHA E COSTA, José Soares. O povo francez. *Conferência realizada no Theatro da República na noite de 12 de Dezembro de 1911*. Lisboa: Livraria Correia Pinto, 1912.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. CORREIA, Luís Grosso. Uma abordagem comparada do ensino primário na Primeira República no Brasil (1889-1930) e em Portugal (1910-1926). In: LOPES, S.C.; CHAVES, M. W. *A história da educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e Igreja*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 229-54

FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1913.

JANICOT, Daniel. La dimension culturelle du Grand Paris. Rapport au Président de la République. *Collection des rapports officiels*. Paris, 2013. Disponível em: www.ladocumentationfrancaise.fr. Acesso em: dezembro de 2019.

HARMUCH, Rosana Apolonia. A França aos olhos de Eça (e de um cão). *Letras*, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 169-80, jul./dez. 2009.

MARQUES, António H. de Oliveira. Da Monarquia para a República. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. Bauru: EDUSC: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 361-74

MEDINA, João. A democracia frágil: a Primeira República Portuguesa (1910–1926). In: TENGARRINHA, J. (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. Bauru: EDUSC: UNESP; Portugal: Inst Camões, 2001. p. 375-90

MORAIS, Maria Perla Araújo; OLIVEIRA, Marília Fátima. Eça de Queirós, Portugal e as relações culturais. *Revista do SELL (on-line)*, 8(1), p. 164-84, 2019.

NATÁRIO, Celeste. A Situação de Portugal na Europa no final do século XIX e início do século XX: a Geração de 70. *Revista Estudos Filosóficos (UFSJ)*, n. 1, p. 100-9, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2420>. Acesso em: 20 nov 2020.

PEREIRA, Rui Pedro. Espaço e tempo Revelar LX. *Arquivo Municipal de Lisboa*. Disponível em: <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/index.php?id=1270>. Acesso em: 01 de fev. de 2019.

P.M. (iniciais não identificadas no documento original). *Les Annales politiques et littéraires*: revue populaire paraissant le dimanche / dir. Adolphe Brisson, Paris, 23 de novembre de 1924. Bibliothèque nationale de France. Disp. em <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb34429261z>. Acesso em 10 nov. 2020.

QUEIROZ, Eça. *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*. 1896. Disp. em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eq000003.pdf>. Acesso em: 12/09/2019.

QUEIROZ, Eça. *Últimas páginas*. Lisboa, 1912. Disponível em: http://figaro.fis.uc.pt/queiros/lista_obras.html. Acesso em: 02 out 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870–1930*. 15. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro; TUNA, Sandra; LIMA, Maria Érica; TEIXEIRA, Patrícia Oliveira. António Rodrigues Sampaio: o principal jornalista político oitocentista português e a imprensa clandestina da Patuleia (1846–1847). *Jornalismo Universidade Fernando Pessoa*, 2010. p. 1-14. Disponível em: <http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/11-outros-textos/antonio-rodrigues-sampaio-e-a-patuleia>. Acesso em: 25 nov 2020.